

O GÊNERO NA RUA: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE¹

Caroline Silveira Sarmento²

INTRODUÇÃO

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora. (DIÁRIO DE CAMPO, 10/06/2016)

As dinâmicas e singularidades das pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores nos últimos anos, seja no âmbito acadêmico ou nos governos, especialmente locais. As pesquisas de cunho quali-quantitativo na cidade de Porto Alegre, por exemplo, vêm demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nas duas últimas décadas. A última, realizada em 2016, “Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre”, encontrou na capital gaúcha 2.115 pessoas vivendo nas ruas. A despeito da visibilidade produzida por essas pesquisas, a própria população de rua enfrenta dificuldades cotidianas e torna públicas suas denúncias de constantes violações de direitos. Uma das principais

1 Esse artigo é uma versão concisa de meu Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais apresentado em 2017/2. Ver SARMENTO, Caroline Silveira. O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001062568&loc=2018&l=a9af701a6cd9eda8.

2 Mestranda em Antropologia Social/UFRGS, bacharela em Ciências Sociais e em Biblioteconomia.

demandas é a implementação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, assinado pelo Presidente Lula, que foi bastante comemorado pela população de rua, em que pese suas normativas e os objetivos serem constantemente reivindicadas por eles.

Nesse contexto de luta e reivindicação pós-decreto, me inseri no Projeto de Extensão da Antropologia da UFRGS intitulado “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”³, coordenado pela profa. Patrice Schuch, no ano de 2015, e a partir do contato com a população de rua comecei a refletir sobre a possível produção de um trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais – que resultou no presente artigo – tendo como tema pessoas em situação de rua, em particular as formas de gestão dessa população no Brasil.

O espaço que se constituiu como o campo dessa pesquisa foi o *Jornal Boca de Rua*⁴. Participo das reuniões semanais do Jornal desde maio de 2015 e foi a partir de então que me dediquei a realizar observação participante tanto nesse espaço quanto em atividades externas que envolvem a população de rua. A etnografia é outra técnica de pesquisa através da qual o trabalho se desenvolve, inspirada a partir da intensa participação no *Boca de Rua* e propiciada pelos registros em diários de campo.

Mobilizada pela temática de gênero, desde o início da participação no Projeto de Extensão dediquei atenção especial às mulheres

3 O Projeto tinha como objetivo geral estabelecer um programa de colaboração e de efetivação de ações com os agentes, coletivos e órgãos de intervenção envolvidos na implantação das políticas e promoção dos direitos humanos para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS. A atuação por parte dos bolsistas (Bruno Fernandes e eu) ocorria regularmente em três espaços: *Jornal Boca de Rua*, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e Escola Porto Alegre (EPA). O trabalho nos permitia acompanhar e realizar atividades que repercutiam na formação de um conjunto de ideias em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos.

4 O *Jornal Boca de Rua* é um dos projetos da ONG Alice – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação –, que consiste em uma publicação desenvolvida e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Em atividade desde o ano 2000, seus textos, entrevistas, fotos e ilustrações são elaborados pelos componentes do Jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

em situação de rua, suas demandas e especificidades. Foi a partir do olhar para as mulheres que o depoimento que está na epígrafe desta introdução chegou até mim: o relato da internação compulsória de uma mulher em situação de rua, gestante, a poucas semanas do parto. Seu nome é Rita e o ocorrido despertou horror em todos seus amigos e conhecidos. Despertou também o propósito de realizar essa pesquisa.

Desse modo, o objeto desta pesquisa está relacionado aos modos pelos quais a dimensão de gênero atua na rua; e em como o Estado gere as mulheres que vivem em situação de rua. São duas as perguntas de pesquisa que almejo responder no decorrer desta escrita: considerando o campo de debates sobre o assunto – as questões de gênero –, como a experiência da rua não pode ser vista como homogênea e de que forma a dimensão de gênero recorta as políticas na área e é constitutiva da experiência da rua. Como este artigo se desenvolve no intuito de colaborar com o debate antropológico em torno da população de rua e na tentativa de lançar luz para as questões que envolvem as mulheres em situação de rua, a relevância acadêmica está na construção de uma problemática que promova a interseção dessas duas temáticas, gênero e antropologia, que tal cruzamento possa ser uma arma potente para construção de uma lógica mais justa tanto para a agenda feminista quanto para a(s) luta(s) da população de rua.

As mulheres em situação de rua enfrentam questões que só são experienciadas em função da dimensão de gênero. “Com tanta mulher vivendo na rua aí pra ele pegar, foi estuprar logo uma criança, que pouca vergonha!” (SARMENTO, 14 nov., 2017). Ouvi essa frase de Ruth⁵, mulher em situação de rua, em conversa sobre um morador de rua que, acusado de pedofilia, foi rejeitado pelo grupo com o qual compartilhava a mesma praça. A frase de Ruth demonstra a naturalização da violência de gênero no cotidiano dessas mulheres. Nas discussões feministas sobre assédio comumente se afirma que o corpo da mulher não é público, contudo parece que em relação àquelas que fazem da rua (público) o seu espaço privado (mora-

5 Optei por utilizar nomes fictícios para as pessoas em situação de rua nesta pesquisa, sendo Rita a única exceção.

dia) essa é uma afirmação ingênua. Narrativas de violência física e sexual são comuns entre as mulheres com as quais conversei durante o campo desta pesquisa e muitas das vezes, assim como Ruth, elas relatam os casos com o que parece ser naturalidade (ou resignação?) e, por vezes, em meio a risadas, achando engraçado “bah o Zeca é foda abaixou minhas calças enquanto eu tava dormindo haha” (SARMENTO, 15 mar., 2016).

Considerando o campo etnográfico, um dos objetivos desta pesquisa é compreender os efeitos da atuação do Estado, por meio de políticas públicas ou não, na conformação das mulheres em situação de rua enquanto corpos que podem ser anulados. Pretendo, para tanto, apresentar várias narrativas sobre a biografia de Rita, mulher negra que viveu em situação de rua e teve forte presença nos espaços pelos quais passou. Procuo, a partir dela, entender como o gênero pode ser um acionador de invisibilidade das mulheres em situação de rua. Considerando os silenciamentos das políticas com relação às mulheres, a partir das narrativas que trarei na sequência do artigo, o efeito do gênero viria acompanhado da morte social delas, que assim como Catarina⁶, são desfeitas, refeitas e destruídas. E o registro dessa morte é sancionado “relacionalmente e burocraticamente, o humano, o mental e o químico tornam-se cúmplices: seu entrelaçamento expressa um senso comum que autoriza que alguns vivam e outros não” (BIEHL, 2005, p. 27).

Seguir o enredo da vida de Rita – que se assemelha à de Catarina também por não ser considerada uma exceção “mas sim como uma entidade padrão” (BIEHL, 2005, p. 23) – nos permite:

capturar a lógica das infraestruturas cotidianas que fazem com que certas vidas ganhem forma e outras sejam impossibilitadas. E também nos ajuda a iluminar este estranho processo subjetivo que faz com que o abandonado, apesar de tudo, continue antecipando uma outra chance de vida. Aqui somos confrontados com as rea-

6 Internada e tratada como louca no Vita – centro de reabilitação para dependentes de drogas e também um lugar em que os enfermos e idosos, pessoas indesejadas ou improdutivas eram simplesmente largadas por famílias ou instituições do Estado (SCHUCH, 2016. p. 397) –, Catarina teve o enredo de sua vida acompanhado por João Biehl cuja pesquisa buscava compreender, dentre outros, os fatores que a levaram àquele local.

lidades que estão entre ou além das estruturas formais de governo e medicina que determinam o curso de vida de um número crescente de pobres que não fazem parte de nenhum mapeamento ou política específica e que lutam para sobreviver em vão (BIEHL, 2005, p. 14-15).

A história de Rita é potente porque revela suas experiências como incorporadas à história da sociedade em que ela viveu e também como a sociedade a incorporou. Alguns dos locais pelos quais Rita passou também podem ser considerados zonas de abandono, são “simbióticas com domicílios e serviços públicos em transição. Elas absorvem indivíduos considerados sem valor e que não têm mais laços familiares ou recursos para o próprio sustento e tornam sua reabilitação impossível e sua morte iminente” (BIEHL, 2005, p. 17). Reconheço que Rita não necessariamente possa ser considerada típica ou representativa das mulheres em situação de rua. Ainda que Rita seja influenciada pelas mesmas questões que tocam outras mulheres, ela consegue mobilizar particularidades por meio de suas experiências de vida.

Para ajudar a reconstruir as narrativas acerca da biografia de Rita, entrevistei pessoas que tinham estreita relação com ela: Elissandra Siqueira da Silva⁷, Ciça Richter⁸, Rosina Duarte e Marcelo. A escolha por essas pessoas se deu justamente pela relação próxima com Rita e pelo fato de que Elissandra e Ciça conviveram com ela em projetos distintos e em ambientes externos ao *Boca de Rua* – Elissandra no Me

7 Terapeuta Ocupacional, Mestra em Saúde Coletiva, sua aproximação com Rita se deu a partir da atuação no projeto “Me Apoia Ai”, grupo autônomo que pensa a promoção de saúde e redução de danos com a população de rua como ponto de troca e apoio para compor novos modos de pensar políticas públicas, em encontros que ocorriam na Praça Garibaldi semanalmente desde 2013.

8 Psicóloga, militante da luta antimanicomial, apoiadora do MNPR-RS e trabalhadora do Ação Rua. Ciça realizou estágio no Centro Pop 1 durante dois anos e nesse período atendeu e se aproximou bastante de Rita.

Apoia Aí e Ciça no MNPR-RS⁹ e Centro Pop 1¹⁰. A decisão de escutar Rosina ocorreu por ela ser fundadora do *Boca de Rua* e ter presenciado a inserção de Rita no Jornal. Já Marcelo foi entrevistado pela relação antiga com Rita e por sempre em nossas conversas comentar sua percepção sobre a diferença entre as mulheres e os homens que vivem nas ruas, afirmando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Conversei informalmente com alguns integrantes do *Boca de Rua* e coletei histórias de meu diário de campo. Conte também com trecho de diário de campo de Tiago Lemões da Silva e com um áudio de entrevista dada por Rita para um grupo de estudantes de Pedagogia da UFRGS em 2016 – materiais gentilmente cedidos a mim para a escrita do trabalho que originou este artigo.

Os elementos trazidos por cada uma dessas pessoas, em especial a entrevista da própria Rita, permitiram reconstituir de modo singelo e emocionante várias narrativas sobre sua biografia. Desse modo, o presente artigo está estruturado em três seções: i) Percurso metodológico, inserção em campo e algumas narrativas de mulheres em situação de rua; ii) Aporte teórico: debate antropológico brasileiro acerca da população de rua, discussão sobre gênero e formas de gestão da população de rua; iii) Apresentação de Rita, através de histórias narradas por múltiplos atores, para buscar compreender os

9 O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua, organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados em nível nacional. O estopim para a criação do MNPR foi o conhecido Massacre da Sé, em 2004, quando seis moradores de rua foram brutalmente assassinados no centro de São Paulo, e nove foram gravemente feridos. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Disponível em: www.jornalismob.com/2014/08/04/movimento-nacional-da-populacao-de-rua-divulga-carta-em-apoio-a-reordenamento-da-fase/. Acesso em: 19 set. 2018.

10 Os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua são unidades públicas voltadas para o atendimento especializado à população em situação de rua e devem ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, e realizar atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. Disponível em: mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop. Acesso em: 20 set. 2018.

processos pelos quais ela passou no decorrer de vida e como tais processos conformaram sua biografia.

PERCURSO METODOLÓGICO

Ao ingressar no Projeto de Extensão citado na introdução, meu objetivo era criar uma aproximação com as mulheres em situação de rua na tentativa de compreender suas especificidades e dialogar sobre as questões que atingem em particular o gênero feminino. Assim, foi sugerido pela coordenadora que eu realizasse um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua. Tal investigação realizou-se em um primeiro momento buscando informações nos sites institucionais da saúde e assistência do município. Não encontrando nenhum dado relevante, entrevistei o responsável pelo Consultório na Rua¹¹, que afirmou não existirem políticas públicas de saúde específicas para as mulheres em situação de rua à exceção do pré-natal. No entanto, informou que às mulheres era ofertado atendimento quando precisassem e que elas poderiam retirar pílula anticoncepcional e preservativo diretamente no posto. Em conversa informal com o presidente da FASC¹² à época, Marcelo Soares, ele confirmou a inexistência de políticas de assistência específicas para as mulheres em situação de rua. Fiz visitas aos equipamentos de acolhimento, próprios e conveniados com a FASC, albergues, abrigos e Centros Pop. Nesses espaços foi possível verificar a inexistência de políticas específicas para as mulheres ao mesmo tempo que elas têm prioridade na entrada nos locais, assim como idosos, pessoas transexuais e pessoas com deficiência – a prioridade de acesso ocorre apenas nos albergues.

Paralelamente ao mapeamento, iniciei a participação no *Jornal Boca de Rua*, que consistia (consiste ainda) em frequentar as reuniões de pauta semanais, dar apoio para realização de matérias,

11 O Consultório na Rua foi instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

12 Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor da Política de Assistência Social de Porto Alegre.

entrevistas, reportagens e fotografias. Da dificuldade inicial em conseguir interagir de modo mais produtivo tanto com os homens quanto com as mulheres do Jornal, no decorrer do tempo tornei-me colaboradora – alcunha dada àqueles que fazem parte do Jornal, mas não estão/estiveram em situação de rua e também atividade esperada dos estudantes que procuram o *Boca* para realizar trabalhos acadêmicos, como forma de contrapartida pela aceitação do grupo. Finalizadas as atividades de extensão, prossegui no Jornal, onde venho trabalhando de modo intermitente desde maio de 2015, é a partir desse espaço que desenvolvo pesquisa acadêmica ao mesmo tempo que apoio a militância da população de rua.

No começo do ano de 2016 a jornalista e editora-chefe do *Jornal Boca de Rua*, Rosina Duarte, sugeriu como pauta a realização de uma matéria especial sobre as mulheres. A ideia era inédita: a publicação já tinha mais de 15 anos de existência e aquela era a primeira vez que surgia a proposta de uma reportagem sobre as mulheres em situação de rua, em específico. Diferente do que acontecia nas edições anteriores – a divisão dos grupos para realizar as matérias (cada edição do Jornal possui cerca de três grandes matérias mais as notícias, notas, etc.) se dava de acordo com o interesse de cada integrante –, dessa vez todas as mulheres do Jornal ficaram no grupo que faria a matéria especial. Participei deste grupo como responsável pela escrita do texto e por propor, junto com a editora-chefe, as questões levantadas para a matéria. Éramos cerca de 15 mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria. Debates sobre as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que as levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas.

A construção desta matéria, que foi capa da edição nº 59, suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais – facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral – e preservativos femininos no Consultório na Rua, ao mesmo tempo que os masculinos eram facilmente distribuídos. Essas narrativas colocavam em contradição o que havia sido informado pelo Consultório na Rua em entrevista anteriormente

citada e retirava a possibilidade de autonomia da mulher no que se refere à proteção e anticoncepção. Ainda para a matéria, muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual tanto advindas da situação de rua quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências. Quase todas afirmaram terem sido vítimas de estupro, seja na infância, adolescência ou idade adulta, e algumas declararam esse tipo de violência como um fato frequente de seu cotidiano. Denúncia delicada e quase unânime entre as mulheres que já haviam sido mães era o fato de não poderem ficar com seus filhos após o parto – foi o que aconteceu também com Rita, conforme comentarei na seção “Uma pedra no lago” deste artigo. Possivelmente decorra daí a importância do pré-natal como única política de saúde para as mulheres, informação fornecida pelo responsável do Consultório na Rua na entrevista já citada.

Retirar um filho dos seus pais, ou ameaçar fazê-lo, é a arma absoluta nas mãos do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras. A norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização. (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 109)

Considerando a retirada dos filhos como essa arma na mão dos agentes estatais, é possível inferir que as mulheres em situação de rua são percebidas e “cuidadas” pelo Estado somente quando do pré-natal, momento em que carregam outra vida consigo, uma vida merecedora de atenção. Em uma terça-feira, dia da reunião semanal do *Boca de Rua*, enquanto planejávamos a matéria das mulheres, nos chegou o relato que consta na epígrafe deste artigo, que reproduzo novamente na sequência. Carregado de emoção, o relato havia mobilizado vários integrantes do Jornal poucos dias antes: a internação compulsória de Rita. Ela estava no final de uma gestação quando iniciamos a matéria. Realizava o pré-natal e já tinha a data do parto agendada quando ocorreu a internação. Uma ambulância e viaturas da brigada militar chegaram ao Centro Pop, local onde ela estava, e tentaram retirá-la à força. Mas não sem a resistência de seus amigos, conforme contou Ronaldo:

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora. (SARMENTO, 10 jun. 2016)

O embate e as agressões físicas entre os agentes do Estado e os amigos de Rita dificultaram a ação violenta para internação forçada, mas não foram suficientes para impedi-la. A justificativa foi o uso de drogas excessivo durante a gestação e Rita ficou internada por duas semanas, até que o parto foi realizado. Após o nascimento, ainda no hospital, o bebê foi tutelado a um familiar de Rita. Tive acesso a várias narrativas sobre essa internação, de integrantes do Jornal, de pessoas em situação de rua, de apoiadores do MNPR-RS, de conhecidos de Rita. Todas elas marcadas por indignação e revolta pelo modo violento como ocorreu. Nenhuma dessas pessoas nega a preocupação com o bem-estar do bebê na barriga de Rita, até porque todos sabiam que ela realizava acompanhamento médico pré-natal, contudo, acreditavam que ela não deveria ser tratada de maneira desumana e truculenta.

A inquietação provocada inicialmente por entrar em contato com situações de grandes dificuldades para as pessoas em situação de rua, como as constantes violações a que são submetidas e, em especial mulheres – o caso de Rita principalmente –, que relatam frequentemente casos de violência, se configurou em reação. Reação que veio através do trabalho de comunicação, reflexão e denúncia do cotidiano das pessoas em situação de rua no *Jornal Boca de Rua*. Proponho também como parte dessa reação que os resultados dessa pesquisa possam ser apreendidos, apropriados, debatidos, contestados e utilizados por vários públicos, além do âmbito acadêmico – no sentido que Didier Fassin (2013) estabelece como etnografia pública. O intuito é disseminar para diferentes grupos as conclusões de uma etnografia analisada à luz do pensamento crítico, para que essa circulação de conhecimento promova reflexão e ação, e que possa con-

tribuir para uma transformação do modo como o mundo é representado e experienciado. (FASSIN, 2013)

APORTE TEÓRICO

O eixo teórico desta seção compreende: o debate antropológico em torno da situação de rua no Brasil, a discussão de gênero em relação às mulheres em situação de rua e a gestão da população de rua.

Debate antropológico

Busco apresentar aqui uma breve pesquisa bibliográfica acerca do debate antropológico em torno da população de rua no Brasil. Delma Pessanha Neves no artigo “Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos” (1999), analisa a rede de formação complexa que tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público e os reconhecidos moradores de rua e os trabalhadores de rua. Desse modo, penso ser possível aproximar as análises de Neves com minha própria pesquisa a partir não só do apanhado histórico que ela apresenta para chegar no que à época se considerou morador de rua, mas também nas controvérsias entre público e privado considerando a questão de gênero. Ou seja, refletir sobre como é se apropriar da rua (público) como seu espaço doméstico (privado) e como corpos marcados socialmente vivenciam a rua, e criam estratégias para lidar com questões como trabalho, consumo, relações afetivas e familiares. Em “Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre”, Neves afirma que “em virtude dos valores culturais imputados à posição da mulher, ela tem mais oportunidade que o homem de contar com o apoio de uma família, junto à qual trabalhe como empregada doméstica” (NEVES, 2011, p. 106). Infelizmente a autora não embasa a partir de exemplos e/ou narrativas que possam justificar sua afirmação, no entanto, essa questão é aventada por algumas pessoas em situação de rua no meu campo de pesquisa e pode ser reforçada considerando as cerca de 275 mulheres vivendo nas ruas em Porto Alegre, que perfazem 13,8% do total de 2.115 pessoas (UFRGS, 2016). Algumas narrativas apontam para o fato de que as mulheres encontram na rua uma última alternativa, esgotadas todas as outras possibilidades – residência de parentes,

amigos, conhecidos –, aí então elas buscam nos logradouros públicos um local para viver.

No livro *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*, Claudia Turra Magni faz uma profunda análise genealógica do tema desde a Europa medieval e resgata alguns episódios importantes do contexto que revelam o “surgimento, multiplicação e organização da população que vive nas ruas, como também as diversas formas pelas quais foram percebidas e tratadas socialmente” (MAGNI, 2006, p. 15). A autora ressalta a presença de três elementos básicos para a formação da cidade: 1) necessidade crescente de domesticação do meio; 2) manutenção da hierarquia de classes, o que se reflete nos espaços (bairros centrais para os mais privilegiados e periféricos para os mais pobres); e 3) sedentarização como condição de domesticação do meio, disciplinamento e controle social dos sujeitos (MAGNI, 2006).

Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012) se dedicam a analisar a tendência à visão essencialista sobre as pessoas em situação de rua no artigo “‘A situação de rua’ para além de determinismos: explorações conceituais” e apresentam que a hipótese para certa tendência à essencialização das pessoas em situação de rua estaria associada a uma correlação entre duas perspectivas sobre o assunto: a primeira baseada na ideia de que estar na rua seria um problema que precisaria de intervenções e práticas de governo com intuito de suprimir tal fenômeno a partir da retirada das pessoas da rua; e a segunda pautada em um diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da falta. Desse modo, para ter uma visão complexa da situação de rua seria necessário dimensionar as multicausalidades que originam esse fenômeno.

Tiago Lemões da Silva na tese “De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos” tematiza o cenário de visibilidade política nacional de pessoas em situação de rua no Brasil e de organização política dessa população, promovida pelo surgimento do MNPR. O autor busca compreender os processos que fazem da mobilização social, conduzida por integrantes do MNPR em sua base regional em Porto Alegre/RS, um campo de reivindicação de direitos múltiplos e ambíguos, atravessado por forças ordenado-

ras e contestadoras mobilizadas por diferentes agentes, instituições, valores e interesses, que inseridos no MNPR-RS coproduzem condutas, subjetividades, denúncias e ideias de Estado, de direito e de participação política.

Na realização desse levantamento bibliográfico, percebi que há produção teórica sobre mulheres em situação de rua principalmente nas áreas da saúde, psicologia e serviço social. Tal constatação reforça a relevância de uma abordagem antropológica com relação às mulheres até como forma de deslocar o foco do cuidado, da saúde mental e da assistência e percebê-las enquanto sujeitas sociais e culturais, cujas trajetórias nos mostram modos de resistência (SARMENTO; PEDRONI, 2018) a despeito dos diversos obstáculos que enfrentam.

O gênero e as mulheres em situação de rua

Embora haja grande mobilização dos movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres, conforme já mencionei em texto anterior (SARMENTO, no prelo), o que se observa é que as mulheres em situação de rua não são contempladas nesse discurso. Na crítica aos movimentos feministas, na qual me incluo, é possível perceber um apagamento das mulheres em situação de rua que não estão abarcadas pela luta no Brasil. Assim, torna-se necessário questionar para quais mulheres o almejado empoderamento realmente se refere. Nesse sentido, é importante trazer à discussão a interseccionalidade, como categoria para promover o debate feminista de modo a tentar abranger as lutas das mulheres em situação de rua. É insuficiente tratar mulher como um conceito uno, sem reconhecer que nem toda mulher é branca, de classe média e acadêmica (SARMENTO, no prelo).

Interseccionalidade é um termo cunhado pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw no ano de 1989. Em que pese o conceito já existir, a autora o nomeou e o definiu como:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas

discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Perceber que a mulher em situação de rua enfrenta discriminação pelo gênero (machismo), por ser pobre (preconceito de classe) e, em sua grande maioria, por ser negra (racismo) é o ponto-chave da discussão que pretende a interseccionalidade. Acrescento neste entrecruzamento de discriminações a situação de rua em si, tendo em vista que 79,4% das pessoas que vivem nas ruas em Porto Alegre, em questionário aplicado por pesquisa em 2016, responderam que são tratados com preconceito pelos porto-alegrenses (SARMENTO, no prelo; UFRGS, 2016).

A ideia de um feminismo descolonial, proposta por María Lugones, permite ver o que está escondido de nossas compreensões acerca de raça e gênero e como essas categorias se relacionam a partir de uma heterossexualidade normativa (LUGONES, 2014). A autora ainda afirma que ao usar o termo colonialidade sua intenção é:

nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. (LUGONES, 2014, p. 939)

São representações indiscutíveis de desumanização os modos como o Estado gerencia as mulheres que fazem da rua seu domicílio, em especial no tocante à violação do direito à maternidade. Afinal, seriam essas mulheres menos humanas e menos dignas de serem mães do que aquelas de classe média ou alta? É inegável a criminalização da pobreza também para esses casos, considerando a grande quantidade de mulheres que tiveram seus filhos retirados – todas com trajetória de rua – enquanto dificilmente a justiça intervém

em lares abastados para verificar em quais condições os filhos estão sendo criados (SARMENTO, no prelo).

Isso vai ao encontro do debate proposto por Fonseca e Cardarello (1999) sobre os “critérios particulares que determinam – na reivindicação de direitos – quem é mais, e quem é menos, humano” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 86). Os cinco rapazes responsáveis por atear fogo no índio pataxó em Brasília, em 1997, apresentaram sua defesa justificando o ocorrido como um mal-entendido: “a gente não sabia que era um índio, pensamos que era um mendigo qualquer” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 86). No sentido de compreender os processos de exclusão – objetivo do artigo das autoras –, este caso é utilizado com intuito de discutir como uma categoria, neste caso “o índio”, atinge o *status* de mais humano e a fala dos incendiários revela um “sistema de classificação que separa os humanos dos não humanos” (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 87).

Conforme já mencionei (SARMENTO, no prelo), ao renunciar à noção de homogeneidade feminina e considerar as mulheres nas suas diversidades socioculturais, é possível discutir a noção de agência – analisada por parte dos movimentos feministas – a partir das mulheres em situação de rua. Proponho que observemos a realidade das mulheres em situação de rua com a mesma perspectiva que Saba Mahmood (2006) reflete o conceito de agência para mulheres do Cairo a partir de uma etnografia no movimento pietista feminino de base¹³:

Sugiro que pensemos na agência não como um sinónimo de resistência em relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a acção criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas [...] Apenas quando o conceito de agência se desligar do tropo da resistência é que poderão desenvolver questões analíticas que são cruciais para o entendimento dos projectos não liberais, sujeitos e vontades cuja lógica

13 Este movimento é composto por mulheres de estatuto socioeconómico diversificado, que se reúnem em mesquitas para se ensinarem mutuamente sobre as escrituras islâmicas, as práticas sociais e sobre as formas de comportamento corporal, consideradas apropriadas para a cultura do ser ideal virtuoso.

excede a entelúquia das políticas liberatórias. (MAHMOOD, 2006, p. 123)

É comum a tentativa de quem está de fora intervir na vida de mulheres vítimas de violência no sentido de estimulá-las a se afastarem dos agressores. Com a justificativa de autonomia e empoderamento, se pensa que a agência da mulher está em resistir ao que chamamos de opressão no ocidente – estudo das escrituras islâmicas, uso do véu, etc. – desconsiderando a capacidade de ação dentro das relações de subordinação historicamente configuradas (MAHMOOD, 2006). Tal como comentei anteriormente (SARMENTO, no prelo), frequentemente também se observa essa postura com as mulheres em situação de rua, orientando-as a se afastarem de seus companheiros. O que não leva em conta as dinâmicas de vida dessas mulheres, as dificuldades que se colocam para elas pelo fato de estarem expostas aos diversos tipos de violências e violações na rua. Nesse sentido, a proteção pode vir de um companheiro, mesmo que esse companheiro também seja, eventualmente, agente de violências, conforme capa da já citada na edição nº 59 do *Jornal Boca de Rua*:

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba. (JORNAL BOCA DE RUA, 2016, capa)

Conforme já apontei (SARMENTO, no prelo), Lugones também aborda a questão da resistência como a tensão entre a sujeitificação e subjetividade ativa, a “noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão x resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (LUGONES, 2014, p. 940).

Concluindo o debate sobre agenda feminista, proponho ampliar a discussão e apresentar o discurso de Sojourner Truth na Conven-

ção dos Direitos das Mulheres em Ohio¹⁴, em 1951. Ex-escravizada, a única mulher negra no evento apresenta de modo contundente em sua fala elementos do que chamamos hoje interseccionalidade. Questionando a conjuntura da época, Sojourner pergunta várias vezes “E não sou uma mulher?” se referindo ao discurso dos homens sobre cavalheirismo, afirmando que “ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum!” Desse modo, questiono: as mulheres em situação de rua não são mulheres? (SARMENTO, no prelo).

Gestão da população de rua

O Estado matou a Rita

Fulano: bah tu viu que a Nega Rita morreu?

Marcelo: eu vi

Fulano: mataram a Rita?

Marcelo: mataram

Fulano: quem é que matou?

Marcelo: o Estado que matou a Rita

Fulano: como assim?

Marcelo: o Estado que matou, não deu atendimento, não cuidou, não fez política pública. O Estado matou a Rita e mata todo dia as mulheres da rua e os homens da rua. Só nos dá a opção da droga e ainda criminaliza a gente. (MARCELO, 2017)

Nesta subseção proponho levantar algumas questões sobre as formas de gestão da população de rua, conceituando as tecnologias de governo e apresentando narrativas e fatos ocorridos que mostram como as pessoas em situação de rua percebem essas ações estatais. Michel Foucault dedicou-se a estudar o poder e os modos pelos quais ele atua nas relações entre pessoas, especialmente entender o poder onde ele não aparece. Interessa ao autor o “como” e não o “porque”, como o poder funciona e considera que seu exercício se dá em

14 Discurso na íntegra disponível em: www.portalafricas.com.br/v1/e-eu-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth-e-a-luta-das-mulheresnegras-contra-as-opressoes-0431. Acesso em: 21 set. 2018.

rede, transita pelos indivíduos. Em “Aula de 17 de março de 1976” (2016), Foucault apresenta elementos para compreensão das formas de punição no decorrer do tempo, uma reconfiguração dos modos de governar e disserta sobre como ocorreu a mudança do poder soberano para o biopoder, conceito que interessa aqui. O biopoder age sobre a vida, é o Estado tomando conta do corpo enquanto vida e seu foco está na população, “fazer viver e deixar morrer”. Ao apresentar a biopolítica como a reformulação política do poder do século XIX e início do século XX, Foucault (2016) afirma que as práticas disciplinares a partir de então visam ao conjunto dos indivíduos, à população e não mais ao sujeito individual. Sobre a biopolítica, o autor afirma:

Disciplina que tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. Depois, essa nova tecnologia se dirige a multiplicidade dos homens [...] na medida em que ela forma uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. [...] Depois da anatomopolítica do corpo humana instaurada no decorrer do século XVIII vemos aparecer o que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana [...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. (FOUCAULT, 2016, p. 204)

Tecnologias de governo, termo inspirado nas elaborações de Michel Foucault sobre governamentalidade – esta como formas de controle e gestão de população nas emergentes cidades do século XVII e XVIII na Europa –, como os modos de “intervenção destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA et al., 2016, p. 10) pode ser compreendida como:

formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias),

técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios. (FONSECA; MACHADO, 2015, p. 13)

Assim, pensando o Estado como esse resultado das tecnologias de poder proponho analisar o diálogo transcrito no início desta seção, entre dois homens em situação de rua, Marcelo e fulano. A conversa me foi contada em entrevista realizada para a escrita da monografia que originou o presente artigo, após questionar um *post* de Marcelo no *Facebook*, alguns dias após a notícia do falecimento de Rita, que dizia: “O Estado matou a Rita”. Após o ocorrido se fortaleceu entre a população de rua e seus apoiadores o discurso de que a morte de Rita não teria sido causada por uma tuberculose mal tratada, pelo HIV não tratado ou por alguma outra enfermidade oportunista dada sua fragilidade física – mas não só –, mas unicamente pelo Estado. E mais ainda, as narrativas apontavam não uma morte acidental, mas uma morte provocada, pela incompetência dos órgãos de saúde e assistência, através da mão forte de um governo que, por não prover uma vida digna de ser vivida por Rita, a matou.

Refletindo sobre os indivíduos (e populações) que são geridos pelo Estado, Didier Fassin (2009) apresenta o conceito “políticas da vida” como uma ferramenta de inteligibilidade das relações entre o valor da vida como um bem supremo e o valor das vidas, nas existências concretas dos seres humanos. As políticas da vida não estariam interessadas somente em como as vidas são abordadas por tecnologias de governo, mas em como elas são tratadas e avaliadas por dimensões morais, isto é, quais vidas merecem viver (e de que modos) e quais não merecem viver. “Políticas da vida” nasce do diálogo com a obra de Michel Foucault, com a diferença que, para Fassin, o foco deve estar em englobar a experiência e as narrativas dos atores sociais, pois estes não são apenas sujeitos construídos discursivamente, mas sim sujeitos produtores de verdades de si e “experimentam o mundo social em sua complexidade e agência” (FONSECA et al., 2016, p. 13). Para Fassin, há uma política da vida que não é uma política da população e ele assim define:

A política da vida diz respeito ao sentido dado à vida e à forma de tratar as vidas em várias sociedades. Nessa dimensão ética, na qual estou particularmente interessado, o conceito serve para pensar a discrepância entre o valor da vida – e o valor das vidas – no plural, como a existência concreta dos seres humanos. O que vemos nas sociedades contemporâneas é que, quanto mais celebramos o valor da vida (inclusive em relação ao feto ou ao paciente com morte cerebral), mais desigual parece o valor das vidas entre os países e dentro de cada sociedade (algumas dessas vidas sendo tragicamente amputadas por meio da morte ou do encarceramento). (DINIZ, 2015, p. 45)

A intervenção nas vidas, no lugar de agir como normalizador, produz desigualdades e, desse modo, decide que tipo de vida deve ou não viver. Essa questão nos faz pensar sobre quais seriam as moralidades envolvidas durante todo o percurso biográfico de Rita, que ainda na primeira infância passou a viver nas ruas, frequentou a FEBEM, esteve abrigada e adulta passou pelo sistema prisional. Em cada ínterim desses espaços de institucionalização sempre retornou às ruas, e foi em situação de rua que viveu seus últimos meses, a despeito da fragilidade física provocada por “Cinco doença. Eu tenho pedra nos rins, tenho pneumonia, tenho úlcera nervosa, o HIV e agora apareceu essa asma. Essas cinco doença virou tipo uma bola” (SOUZA, 2016). É possível notar a valoração dada à vida de Rita, que só foi reconhecida e tratada enquanto esteve gestante. A preocupação dos aparatos estatais no uso pesado de *crack*, a ponto de montar uma operação violenta que culminou em sua internação compulsória, se dava unicamente em função da criança, aquela vida inocente que deveria ser salva – em oposição à vida da mulher que a gestava, que deveria ser sacrificada.

Outra importante referência nos estudos das tecnologias de governo é João Biehl, já mencionado na introdução deste artigo, que por meio de suas etnografias traz a atenção para o emergente, inacabado e incompleto. Sua obra tem como objetivo – em muitos aspectos alcançado – “tomar a antropologia como uma força mobilizadora no mundo que deve fazer funcionar debates produtivos para além dos muros universitários e das conversas entre pesqui-

sadores e estudantes” (SCHUCH, 2016, p. 391), convergindo, assim, com a proposta Fassin de etnografia pública, de que a antropologia tem uma contribuição a realizar no mundo, torná-lo mais inteligível (SCHUCH, 2015, p. 105-106). Biehl remodela a etnografia ao considerar analiticamente a complexidade dos desejos e vidas das pessoas considerando que elas estão inseridas em mundos sociais em constante mudança. E para isso, reconfigura “aparatos teóricos e metodológicos no sentido de produzir modos de escrita que incorporem tanto a vitalidade das cartografias percorridas pelas pessoas quanto uma atenção ao emergente, *a people yet to come*” (SCHUCH, 2016, p. 392).

Quando conhece Catarina, Biehl realiza um percurso semelhante ao de um detetive (BIEHL, 2005, p. 20) com objetivo de compreender o que a levou àquele lugar. Dando sentido à fala tida como confusa pelos funcionários do centro de reabilitação, o autor recuperou a trajetória médica e pessoal de Catarina, teve contato com o histórico de saúde dos diversos locais por onde ela passou e encontrou seus familiares. No caminho, se deparou com “realidades que estão entre ou além das estruturas formais de governo e medicina que determinam o curso de vida de um número crescente de pobres que não fazem parte de nenhum mapeamento ou política específica e que lutam para sobreviver em vão” (BIEHL, 2005, p. 14-15). E essas realidades acabam performando o Estado como um resultado das tecnologias de poder empreendidas nessas relações.

Catarina e Rita, resguardadas as devidas diferenças de trajetória, histórico familiar, locais percorridos e suas causas, se aproximam na execução prática de certas formas de vida humana, que “acontecem paralelamente às formas de discriminação por gênero, à exploração de mercado, e a um Estado administrado no que podemos chamar de estilo gerencial, que cada vez mais se distancia das pessoas que governa” (BIEHL, 2005, p. 18). Catarina, gerenciada de modos equivocados, era tratada por diagnósticos psiquiátricos quando na verdade sua doença era uma degeneração do sistema nervoso central. Rita negligenciada enquanto pessoa e enquanto mulher, mulher essa que só foi “cuidada” enquanto gestava o filho, depois voltou ao local de invisibilidade que o gênero ocupa. Ambas tinham intenções e vontades – uma de que suas palavras e opinião sobre sua doença

(das pernas e não da cabeça) fossem consideradas; outra que pudesse criar o filho, que lhe permitissem um tratamento de saúde, de reabilitação –, mas para Rita não foi possível.

A agência percebida nas mulheres em situação de rua e sua capacidade de resistência e ação frente às violações, à ineficácia de políticas públicas e violências demonstram esses modos de encontrar saídas; assim como corpo e linguagem de Catarina estavam tomados pela força dos tratamentos médicos e fármacos, provocando que sua pessoa fosse “desfeita e refeita e destruída” (BIEHL, 2005, p. 18) e Rita com suas cinco doenças que demandavam frequentes internações, elas resistiram, encontraram algumas aberturas. Rita por pouco tempo, mas ainda assim se fazia presente nos espaços e interagiu com os grupos e pessoas mesmo nos períodos mais críticos de dor e dificuldades.

Há um hospital em Porto Alegre que provoca medo entre as pessoas em situação de rua. E foi lá que Rita morreu. As narrativas de muitos informam relutância em procurar atendimento médico naquele local, e mesmo passando mal negam o pedido de auxílio da SAMU, pois sabem que serão levados para aquele endereço, que já foi o ponto final de muitos companheiros da rua. Assim como o Vita, “este lugar de morte, de deixar morrer em impunidade [...] uma zona de abandono social, não longe do centro de Porto Alegre” (SCHUCH, 2016, p. 398). “Vita é o destino final. Como muitos outros, Catarina tinha sido deixada lá para morrer” (BIEHL, 2005, p. 14) de modo semelhante à Rita, que segundo narrativas de seus amigos e familiares, foi negligenciada pela equipe médica e não recebeu o tratamento de que precisava.

UMA PEDRA NO LAGO

Meu nome é Rita de Cássia. Eu cheguei na rua com 10 anos. Eu fui nascida num banco 24 horas, desses de tirar dinheiro. Perdi minha mãe com 10 anos e meu pai com 11. Minha mãe no Natal e meu pai na tarde de Ano Novo. A minha família não me aceitou, aceitavam só os meus irmãos, e acabei ficando na rua. Fui pra FEBEM, fui pros abrigos, era menor. Cresci, aprendi um pouco em

cada lugar. Daí eu fui presa, fiquei 7 anos na cadeia. Com 17 pra 18 anos, fui presa de novo. Depois que eu entendi a vida na rua, na vida da rua tem que dormir com um olho aberto e outro fechado. Não ter um companheiro, uma parceria pra cuidar de ti à noite, entendeu? Apanhar da polícia, ser humilhado, ser esculachado... Tudo isso a gente passa na rua. Vou fazer 30 anos, já passei várias, já escapei da morte, já tomei tiro aqui nessa praça. Um irmão meu com 20 anos morreu aqui nessa praça. Morreu um primo meu nessa praça, morreu uma prima minha, tudo com tiro. A única que ainda tá viva sou eu. Já apanhei de muito vagabundo, já apanhei de muita vagabunda, já tomei tiro da polícia. O que eu passei, a metade ninguém passou. Na sinaleira mesmo, eles fecham o vidro na tua cara. Tocam garrafa de vidro em ti, e tu não pode se defender. Fora os rato que vêm aqui e dão-lhe pau. E a história na real, na rua, foi um pouco ruim. Porque perdi minha mãe, meu pai e meu irmão. Fora o meu filho que eu amo, que vai fazer 15 anos, perdi todo mundo, e foi quando eu me atirei nas drogas. Comecei a me atirar no *crack*. Até vender eu vendi, fumava na frente da brigada e não tava nem aí se ia pra cadeia ou não. Não tinha mais o que fazer, não tinha mais força. Meu outro irmão tá cheirando loló, e tá falando sozinho, tá ficando caduco, não tem nem força nas pernas, e já tô sentindo que também vou perder ele. E aí vou me atirar mais.¹⁵

Apresentando Rita

O relato acima foi publicado na página do *Facebook* “POA invisível”, em 15 de janeiro de 2015. A praça a que Rita se refere é a Gari-baldi, que fica no cruzamento dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, zona central de Porto Alegre. A citada página no *Facebook* se

15 Texto disponível na página do *Facebook* POA Invisível, que tem como “objetivo principal dar voz aos indivíduos que encontram-se em situação de rua, não partilhando das mesmas oportunidades e espaços que os demais indivíduos. O trabalho realizado pela equipe encontra-se em andamento e esperamos que o nosso material traga luz aos leitores da página, que consiga quebrar velhos e preconceituosos paradigmas sobre tais indivíduos”. Disponível em: www.facebook.com/poainvisivel/photos/a.1504643216474190.1073741828.1487065014898677/1545983002340211/?type=3&theater. Acesso em: 20 set. 2018.

dedica a publicizar depoimentos de pessoas que vivem nas ruas de Porto Alegre, a exemplo de experiências em outras grandes cidades do país, como São Paulo. O relato de Rita é um dos mais populares da página, muitos dos comentários são de pessoas que a conheciam da Praça Garibaldi, que residem ou circulam por ali.

Foi nesse território que vi Rita pela primeira vez numa noite quente de sexta-feira em fevereiro de 2014. Foi numa das primeiras entregas de sanduíche do Sandubandarilho¹⁶. Diferente dos guris que interagem, conversavam e riam conosco, Rita só se apresentou, pegou o lanche e saiu. Não nos deu papo nem sorriso. Voltamos à praça todas as noites de sexta-feira, até o final daquele ano e algumas vezes contamos com a presença de Rita, de modo bastante tímido – diferente dela. Era expansiva, comunicativa e divertida. Mas isso eu só fui descobrir depois. Com o passar do tempo, ela já nos reconhecia, mas ainda assim, até o final do projeto, não se aproximava muito. Conseguimos trocar poucas palavras naquele contexto, mas o suficiente para perceber que ela tinha a simpatia de seus amigos e foi uma das poucas mulheres que tivemos contato na Praça.

Em maio de 2015 encontrei Rita em outro espaço diferente e foi nele que passei a conviver com ela dali em diante, o *Jornal Boca de Rua*. Era uma terça-feira fria e nublada, saí do Centro e fui até o Parque da Redenção, local onde aconteciam as reuniões semanais. Seria minha primeira participação no Jornal e uma das primeiras atividades como bolsista do Projeto de Extensão. Quando cheguei, percebi que havia algumas pessoas em volta de um banco, me aproximei e as cumprimentei. Sentei num espaço vazio ao lado de uma mulher e puxei conversa. Em seguida o colega Bruno Fernandes chegou e animadamente apertou a mão de cada uma das pessoas que estavam ali. Com o passar dos minutos foram chegando mais pessoas. Percebi alguns rostos conhecidos da Praça Garibaldi, entre eles o de Rita. A seguir, trecho do diário de campo desse dia:

16 Projeto solidário que idealizei por cerca de um ano junto com uma amiga, anteriormente ao ingresso no curso de Ciências Sociais. Ele contemplava escuta empática, atividades interativas de entretenimento e disponibilizava alimento junto à população de rua de uma praça na zona central de Porto Alegre.

A reunião só tem início quando da chegada da Rosina, jornalista-chefe do *Boca*, aproximadamente às 15h. [...] A atividade mais importante dessa reunião é a entrega da nova edição do jornal, feita por um senhor (que mais tarde soube ser o marido de Rosina) que estacionou na Av. João Pessoa com um fusca vermelho. Antes de começar a pauta, Rosina comentou que havia uma visita na reunião e pediu que eu me apresentasse [...] Após a apresentação, Rosina pediu aos que compareceram ao encontro na UFRGS que comentassem como havia sido a experiência. Rita e outros que não lembro o nome relataram ter sido um bom encontro, pois tinha estudantes de cerca de 10 países e eles comentaram sobre como é a vida das pessoas em situação de rua nesses locais. Na França (onde as pessoas em situação de rua recebem auxílio do governo) aparentemente a situação é pior do que aqui no Brasil. Eles se surpreenderam com as diferenças entre os países e gostaram bastante da atividade. Comentaram da qualidade da comida oferecida a eles no RU e que alguns comeram além da cota. Deram muita risada. Depois começaram a distribuir os jornais, 40 para cada um, e um DVD (comemorativo aos 15 anos do jornal) cada. Enquanto distribuía os jornais, um rapaz (não lembro o nome) me ofereceu um e eu comprei. (SARMENTO, 5 maio 2015)

O trecho acima é praticamente tudo que anotei daquele dia. Ainda sem saber muito bem como fazer um diário de campo, anotei o que me lembrava ao chegar a casa. Hoje retornando àquele maio de 2015 vejo a relevância de Rita para mim, pois apesar de não ser a única que eu conhecia pelo nome – tinha mais três pessoas que eu sabia quem eram –, foi a única que mencionei nas minhas anotações.

A vida na rua

Mais do que o relato apresentado no início deste capítulo, Rita fazia questão de contar sobre as dificuldades de viver na rua, especialmente para as mulheres. Nas oportunidades que pude vê-la representar o *Boca de Rua* em atividades externas – e ela era uma das poucas mulheres que fazia questão de ocupar esses espaços – e no próprio Jornal, Rita protagonizava relatos fortes e emocionantes de

sua vivência, da rua, dos companheiros e familiares. Relatos como os transcritos a seguir:

Nenhum lugar é seguro pra ser mulher. A mulher tem mais risco que o homem. O homem tem como se defender, já a mulher não tem a força que um homem tem. Se a mulher tivesse a força que um homem tem até sim. [...] A rua pra nós mulher é difícil, a gente tá se arriscando a morrer, tomar pau da polícia, ir pra cadeia por uma coisa que tu não fez. [...] E eu tenho essa cicatriz no braço que o cara me deu de facão. Na rua a gente passa muito trabalho, passa medo. Tu vai dormir sozinha tu não consegue dormir sozinha. [...] A moradora de rua passa um trabalhão nas ruas, passa humilhação, passa desgosto, entendeu? Os cara passando a mão em ti, entendeu? Passando a mão no teus peito, na tua bunda, entendeu? E tu não poder fazer nada. De dando tapa na cara, te botando na “quadra” pra tu dar dinheiro pra ele e ele podendo fazer relação com outras mulheres, te abusando. Isso aí do homem poder vender a mulher é um abuso do homem, não dando valor pra companheira que é de anos, casado, daí ele dá na mulher, deixa de olho roxo, tirar os dente da mulher, queimar a mulher, matar a mulher por uma coisinha que não vale a pena, fazendo uma tempestade em copo d’água. (SOUZA, 2016)

Rita teve sua biografia permeada por encontros com a rua intercalados por processos de institucionalização, desde os abrigos na infância, temporadas na FEBEM, no presídio e em internações hospitalares. Nos intervalos entre esses locais, o destino era certo: a rua. Rita conta um pouco sobre como os modos de habitar a rua já estavam tão fortemente inculcados nela, o que não permitia desejar outra vida que não fosse nas ruas:

Mas nada me conquistou de eu voltar pra casa da minha família, de eu ser outra pessoa, terminar minha faculdade que eu não terminei ainda. Eu falei pro meu irmão que agora que eu conheci a vida louca não adianta tu dizer pra mim parar, voltar pra casa que eu não volto. Eu não gosto de ficar em casa, gosto de ficar na rua, me criei na rua, desde os 6 anos. [...] Se fosse pra sair da rua

eu queria ter a minha casa. Meu irmão falou que ia me dar uma casa mas eu disse que não adianta tu querer me dar uma casa se eu não fui criada dentro de uma casa. Meus irmãos foram, eu já não fui. Fui criada em abrigo, em cadeia, eu não fui criada em família. Mas eu tive um carinho de mãe um carinho de pai, tive educação, eles me deram educação antes de morrer. Mas pra mim tá dentro duma casa agora com 31 anos vai ser estranho. É estranho porque eu nunca entrei numa casa, desde os 7 anos eu nunca entrei numa casa. Eu visito meus filhos e meus irmãos, mas dormir com eles numa cama vendo uma TV eu não consigo. Eu não consigo porque eu me sinto mal. (SOUZA, 2016)

Sentir-se mal estando em uma casa é uma narrativa frequente entre pessoas em situação de rua. Isso pode estar relacionado aos modos e dinâmicas performados pelo habitar a rua, a partir do tempo em que estão vivenciando essa prática. Dados mostram que 9,9% das pessoas em situação de rua em Porto Alegre estão nas ruas há mais de 20 anos, 19,3% de 10 a 20 anos e 18,6% de 5 a 10 anos, perfazendo o total de quase 50% do total (47,8%) (UFRGS, 2016). Certas características e processos experienciados durante muitos anos de vida na rua podem dificultar ou até impedir que os sujeitos voltem a habitar sob o teto de uma casa.

Boca de Rua

Rita era uma das participantes mais ativas do *Jornal Boca de Rua* e conforme já comentei era uma das poucas mulheres que se posicionava nas reuniões, nas matérias e nos espaços externos para os quais o *Boca* era convidado a participar. Ela não era das mais antigas repórteres do *Jornal*, havia chegado há cerca de quatro ou cinco anos e sua inserção no grupo não ocorreu de modo amistoso, conforme relato¹⁷ de Rosina Duarte, editora-chefe e uma das fundado-

17 Relato completo de Rosina: “A Rita chegou no *Boca* convidada por alguém e ela era muito agitada na reunião. Ela me puteava sempre, eu fiz uma coleção, uma lista de puteada que ela me dava sempre. E sempre no meio da reunião ela enlouquecia, eu nunca sabia bem por quê. E aí tem uma regra no *Boca* que sempre que uma pessoa faz algum tipo de agressão na reunião, seja física ou verbal ela é suspensa na próxima reunião. Aí eu dizia: calma, Rita, senão vou ter que te suspender na próxima reunião. E não adiantava, aí sim que ela me mandava “vai pra puta que te

ras do *Boca*. No entanto, após uma ação pedagógica de recomeço criada por Rosina para atrair Rita para uma participação, digamos, mais tranquila e produtiva no Jornal surtiu um efeito positivo e até inesperado. Aquela mulher briguenta, violenta, que xingava todos se tornou uma das figuras mais carismáticas e representativas do *Boca de Rua*. “Rita era uma pedra no lago, reverberava” (DUARTE, 2017).

Difícilmente ela passaria despercebida por alguém, Rita ecoava vida e força. O sorriso cativante, com seus dentes separados na frente, era irresistível quando chegava de mansinho: “Ô Carol, compra uma pipoca, meu filho tá com fome”, dizia ela pra convencer que o doce não era pra ela, mas para o bebê na barriga. Como se fosse preciso, como se fosse possível negar um pedido dela. Rita fechava os olhos quando falava. Se perguntavam por que fazia isso, dava risada: “Não sei, sempre fui assim”. Muita gente conhecia Rita porque ela tinha muitos clientes (para venda do Jornal) na sinaleira da esquina da José do Patrocínio com a Venâncio Aires. Ela era agitada, falava muito e às vezes gostava de recitar o poema “Caminhos que se cruzam” para quem comprava o *Boca*. O poema, feito por ela em parceria com sua prima Didi¹⁸, copio na sequência:

pariu, velha sem vergonha, não quero mais saber!”. Daí passava duas, três reuniões a Rita voltava, mesma coisa. Aí teve um dia que eu pensei: mas tchê não tá dando certo. Daí eu saí de lá e pensei: não tá dando certo, vou lá falar com ela. Aí eu fui pra praça onde ela ficava. Quando me viu ela disse: “nem vou falar contigo, nem chega perto de mim, não quero saber, velha sem vergonha”. Ela me dizendo horrores e eu esperando aqui. Ela dizia: “não quero saber de ti, que tu quer comigo?” E sentei na praça e fiquei esperando, ela passava por mim e eu esperando. Acho que fiquei uma hora ali sentada e ela passava e perguntava: “o que que tu quer comigo?” Eu disse assim: como é que é teu nome? Ela: o quê? (muito surpresa) Eu: como é teu nome? Ela: como assim, ficou louca?! Eu: é que é o seguinte, meu nome é Rosina, eu trabalho no *Boca de Rua*. E eu vim aqui porque me disseram que tu é uma guria muito inteligente, muito legal e eu vim aqui pra te convidar pra participar do *Boca*. Ela começou a dar risada, mas eu mantive [o teatro] e fiquei séria. E ela foi entrando na conversa. Depois me despedi dizendo que ia esperar ela no *Boca*. Aí na terça-feira seguinte ela foi na reunião do *Boca*. E eu: ah que bom que tu veio, eu mantive o teatro. Apresentei ela pra todo o grupo e ela começou a rir no começo mas depois ela entrou na história. E foi impressionante, existem duas Ritas no *Boca de Rua*. Antes e depois” (DUARTE, 2017).

18 Não modifiquei esse nome, mantive o apelido pelo qual ela é conhecida, pois esse trecho é parte da matéria do Jornal *Boca de Rua* da edição em homenagem a Rita, publicada logo após sua morte.

Acordei cedo e já olhando para o céu (...) A minha história é única. Em meio ao zum, zum, zum. De onde eu vim os ratos faziam festa. À beira do esgoto sujo. Um sanga podre aberta (...) Mas hoje trabalho com o povo. Das periferias e comunidades. É o pessoal da rua. Fazendo sua história. E o jornal Boca de Rua. Registrando essa memória. Mangando no asfalto. Na sinaleira. Viver na rua não é brincadeira. Respeito, justiça e paz. Nós vamos buscar. Jornal Boca de Rua veio pra revolucionar!!!¹⁹ (BOCA DE RUA, 2017)

Rita era séria e tinha um humor debochado. Na sequência, o breve trecho do meu diário de campo na época em que produzíamos a matéria n° 59:

Hoje elaboramos mais algumas questões para discutir com as grurias para a matéria das mulheres. Foi sugerido pela Rosina que a gente falasse sobre os homens na vida delas. Então eu perguntei:

- Qual o papel do homem na vida da mulher na rua?

Rita respondeu:

- Dor de cabeça.

Todas caíram na risada (SARMENTO, 15 mar. 2016).

Relações familiares

As informações e narrativas em torno das relações familiares de Rita – mas não só dela – contrariam a noção de rompimento ou fragilidade de vínculos, como, por exemplo, a conceituação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre pessoas em situação de rua: “trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os **vínculos familiares fragilizados ou rompidos** e a inexistência de moradia convencional regular [...]” (grifos meus) (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19). Conforme veremos a seguir, viver nas ruas não anula os vínculos familiares e não se constitui necessariamente em rompimento, visto que outros familiares de Rita também fazem/fizeram da rua seu local de mora-

19 Nesta edição do *Boca de Rua* em homenagem à Rita, a autoria do poema é atribuída a Déko Ramores, educador do projeto EcoSol PopRua. No entanto, em conversa recente, Didi afirmou que criou o poema junto com Rita. Registro aqui o desacordo de autoria, ainda que eu tenha optado por atribuir a elas.

dia e Rita ainda frequentava casas de seus familiares fora da situação de rua.

Desde o início da minha participação no *Boca de Rua* fui apresentada à Sabrina, mulher negra, que também integrava o Jornal, como irmã mais nova de Rita. Embora seja comum entre as pessoas em situação de rua considerarem companheiros e amigos como irmãos, mesmo que não tenham laços sanguíneos ou de parentesco oficiais, Rita sempre afirmava ser a irmã mais velha de Sabrina, com quem mantinha uma relação permeada de brigas, de afastamentos e aproximações. Realizei entrevista com Sabrina para outro artigo que desenvolvi e durante a conversa ela afirmou ser filha da mesma mãe de Rita. Sua narrativa era um pouco confusa, contudo, disse que bem pequena foi com a mãe visitar Rita na FEBEM e garantiu jamais ter perdoado Rita por ter gritado e sido violenta com a mãe naquela ocasião. Ao mesmo tempo que contava da saudade e da importância de Rita em sua vida – a entrevista foi realizada poucos meses após o falecimento –, se dizia muito magoada por tudo que Rita fez a mãe delas sofrer. Não me deu mais detalhes sobre a infância ou adolescência delas, mas afirmou que Rita sempre a cuidava (SABRINA, 2017). No *Boca de Rua* conheci um irmão de Rita, Rodrigo, que também era integrante do Jornal. Um rapaz negro, simpático, estava sempre fazendo piada. Dizia que era irmão de Rita e de Sabrina, e após muitos anos vivendo nas ruas, havia casado e morava em uma casa na Zona Norte da cidade. Rodrigo e Sabrina eram os familiares de Rita que eu conhecia. Até que acessei um áudio de entrevista que um grupo de estudantes de Pedagogia da UFRGS fizeram com Rita em meados de 2016. Essa entrevista trouxe muitos elementos da biografia de Rita que eu desconhecia, como um irmão falecido e uma irmã gêmea também falecida, além de uma única referência ao pai²⁰.

20 Trecho do relato de Rita: “Perdi meu irmão faz uns três, cinco anos, foi quando me atirei mais na droga ainda. Porque foi o único que bem ou mal nunca me abandonou. Eu sinto falta dele. A rua pra mim me deu várias coisas, mas também me tirou várias coisas. Tirou meu irmão, tirou minha irmã que era gêmea comigo, morreu agora há pouco tempo de overdose, ela botou *crack* só que não era *crack* e ela morreu debaixo da ponte. Ela não morava na rua, morava com minha tia. Ela tava com um cara namorado dela e ele deu pra ela só que não era *crack*, era outra coisa, mas na perícia até hoje tô esperando a resposta que droga que ele deu pra minha irmã pra ela morrer daquele jeito que ela morreu. Faz três dias que eu perdi a minha

O áudio foi gravado no mês de maio de 2016 e todo ele está permeado de dor, de perdas, de mortes. Assim como o relato do POA Invisível no início dessa seção, Rita reforça a perda de entes queridos como justificativa para o uso mais pesado de drogas “me atirei mais ainda” e como uma espécie de consolo, um alívio momentâneo do sofrimento. Rita ainda remonta sua estrutura familiar ao trazer a figura do avô:

Meu vô é vivo ainda, me visita às vezes. Eu nunca dependi deles, eu sempre fiz meu corre, juntar latinha, juntar garrafa, vender o jornal do *Boca de Rua*. Mas eles se preocupam comigo. Porque eu sou soropositivo [...] Agora com essa coisa do HIV eles tão vindo mais me ver, minha família. O doutor disse que se não vim essa semana meu remédio eles vão ser obrigados a me baixar, vou ser obrigada a ficar na UTI. [...] já perderam uma neta podem perder duas. Eu falei pra eles que uma hora todo mundo vai morrer, não vou ficar pra semente. (SOUZA, 2016)

No percurso de toda a entrevista de Rita para o grupo de estudantes de Pedagogia é possível notar uma narrativa que mobiliza categorias como dor, doença, morte, hospital, irmão, família. A impressão é que a debilidade acentuada de Rita estava tão evidente que ela proclamava em palavras aquilo de que seu corpo estava cheio.

Saúde fragilizada

O áudio da entrevista de Rita traz detalhes sobre sua fragilidade física:

Porque eu sou soropositivo, tô usando fralda agora, meu CD4 tá 950, tá tri baixo e eles tão com medo de me perder. E a FASC não

irmã. A Rita Inajara e eu sinto falta dela, ela não ficava na rua, ela era estudante, ela tinha as coisinhas dela. Até agora não caiu a minha ficha, eu fui no enterro dela. Eu não tive coragem de olhar pra minha tia porque ela vai olhar pra mim e lembrar dela porque nós somos clone uma da outra. Ela morreu bem nova com 31 anos e ela deixou uma filhinha de 3 meses. [...] O doutor disse que depressão mata. Eu perdi meu pai com depressão, mesmo ele tendo AIDS ele não morreu da AIDS, morreu da depressão. Foi mais um desgosto, não cai minha ficha, cada semana que passa eu vou perdendo minha família” (SOUZA, 2016).

trouxe meu remédio, tem que ficar na geladeira o meu remédio, eu tô há uma semana sem remédio. E eu vim na reunião hoje me arrastando, me cagando água abaixo, vomitando. E eu falei pros meus irmãos. Eles têm medo de me perder. A última vez que fiquei no hospital fiquei dois anos e quatro meses por causa do HIV. Eu sou sofrida na rua. (SOUZA, 2016)

Rita começou a usar *crack* com 14 anos, com 17 anos começou a traficar e a roubar. Após passagem na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, interrompeu a atividade de venda de drogas e permaneceu como usuária. Tentou parar, ficou dois anos sem usar *crack*, fazia tratamento no CAPS Partenon, então perdeu o irmão e voltou a fazer uso (SOUZA, 2016). Ela afirmou:

O *crack* eu só vou largar de mão o dia que eu morrer. Porque na cadeia tu usa *crack* também. Mesmo com esse meu problema de usar fralda, esses bagulho de doença que eu tenho eu não largo a rua de mão, não largo o *crack* de mão [...] Eu tô me matando eu mesmo, tô querendo morrer de uma vez usando *crack*. (SOUZA, 2016)

Em seguida Rita fala sobre as cinco doenças que tem, conforme já mencionei, e relata procedimentos realizados e futuros:

Eu fiz troca de pulmão, fiz cirurgia, eu tenho um pulmão e meio. Esse pulmão grande tá drenado, eu respiro por um caninho dentro da garganta. Um pulmão tá ajudando o outro. Por causa do *crack*. Semana que vem tenho que ir de novo, vão me abrir as costas pra tirar o caninho de novo, fazer outra cirurgia, eu paro mais no hospital do que na rua. [...] Eu tenho pedra nos rins, tenho pneumonia, tenho úlcera nervosa, o HIV e agora apareceu essa asma. Cinco doença. Essas cinco doença virou tipo uma bola. Eles querem fazer essa minha cirurgia, retirando essa bola toda, que é um bagulho desse tamanho assim, toda com pus [...] Fica desse lado, entendeu? Daí eu tenho que tirar essa bola aqui e meu irmão tá com medo, porque eu falei pro meu irmão que se eu não tirar essa bola piora e aí ele [o médico] falou pro meu irmão, não posso

te dar certeza se ela vai voltar ou não. Falei pro meu irmão que eu vou tirar essa bola, querendo ou não querendo. (SOUZA, 2016)

Oscilando entre momentos de otimismo e de ameaça constante do pior, Rita ainda diz que se passar da cirurgia “vou dar um tempo, vagabundo não para com o *crack*, vagabundo dá um tempo. Eu vou dar um tempo depois [...] eu volto pra rua” (SOUZA, 2016). Sobre os reveses físicos que sua saúde frágil provoca:

Até pra comer, pra subir lombaa. Meu irmão tava me ajudando a fazer o tri²¹, tá ligado? Me ajuda a fazer o tri, mas como eu não consigo caminhar muito, me dá fraqueza nos ossos, dá fraqueza no corpo, dá preguiça no corpo. Tem dias que eu fico me cagando, tem dias que eu não tenho fralda e me cago todinha na calça, me mijo nas calça, tem dia que eu não consigo ir até o cantinho, até me levantar eu não consigo (SOUZA, 2016).

Filhos

Das informações que encontrei, presumo que Rita teve três filhos: um menino de 15 anos, uma menina de 9 anos (idades informadas na entrevista grupo de estudantes de Pedagogia) e o bebê nascido em março de 2016, que motivou a internação compulsória já mencionada. Nessa entrevista do grupo de estudantes de Pedagogia, Rita afirma que os filhos estão com seus irmãos.

Em meados de 2015, Rita engravidou. Ela tinha uma relação estável com seu companheiro Gabriel há alguns anos. Rita exibia orgulhosa a barriga conforme ia crescendo. De acordo com sua narrativa e de outras pessoas entrevistadas para esta pesquisa, Rita realizou o pré-natal, fato que torna a internação forçada mais absurda ainda. Mas o que levou uma mulher grávida a fazer uso excessivo de drogas? podem questionar os mais incautos. A resposta vem através das falas de alguns entrevistados e do diário de campo de Tiago Lemões da Silva, que gentilmente disponibilizou o trecho que irei apresentar mais adiante.

21 Tri - Transporte Integrado é um cartão pessoal usado para viagens de ônibus dentro da cidade de Porto Alegre.

O último ano da vida da Rita, a gravidez, eu pude acompanhar um pouco o processo da retirada do filho, da internação compulsória. Nesse período ela chegou a ficar presa, por um curto período [...] quando ela saiu da cadeia disse que ia dar um jeito na vida. Conversou comigo, pedindo se eu poderia interceder junto ao Centro Pop pra ela conseguir o aluguel social “Pra eu poder cuidar desse meu filho”. Eu disse que não tinha esse poder, mas que podia tentar de alguma maneira, por outros meios, tentar incluir ela no aluguel social, que não seja pelo Centro Pop. Aí depois da internação compulsória, ela falou assim pra mim: agora que tiraram meu filho, eu não quero saber de nada. Meio que ela desistiu de viver. Acho que ela ficou desgostosa e se entregou. (MARCELO, 2017)

Marcelo, militante do MNPR-RS e repórter do *Jornal Boca de Rua*, teve trajetória de rua por cerca de 10 anos e já foi mencionado anteriormente no capítulo sobre a gestão das pessoas em situação de rua. Ele traz um relato que conforma muito bem o que aconteceu com Rita a partir da retirada de seu filho. A inscrição de Rita enquanto sujeito de direitos foi negada, ela se tornou visível como mãe, mas também foi anulada em seu exercício do papel da maternidade. Ela foi duplamente invisibilizada: primeiro enquanto criança, adolescente e mulher vivendo em situação de rua e depois quando deixou de ser um corpo relevante (gestante) tornou-se novamente invisível para o Estado. Moralidades podem estar envolvidas no processo de apagamento de Rita enquanto uma vida que importa, para além de gerar um filho, conforme Elissandra conta:

Uma questão que era difícil pra muita gente era ver a Rita usando muita droga, as pessoas ficavam muito mobilizadas, apoiadores e moradores de rua. Não se alimentando em função da droga. Eu vejo que a questão da gestação fica muito apelativo pra algumas pessoas, porque tá, é uma mulher, fazendo uso abusivo, tá se prejudicando com isso é ok, aquela coisa do senso comum de tá ali porque quer e tal. Mas daí vê uma barriga, aí é um inocente que não tem escolha e aí acham que tem que intervir e da pior forma possível, à força, nunca é algo de construir junto. (SILVA, 2017)

O construir junto mencionado por Elissandra seria a tentativa de apoio à Rita, que sequer ocorreu por parte tanto dos gestores da assistência quanto da área da saúde, de ouvi-la. Se isso tivesse de fato ocorrido talvez a história tivesse tido outro final. É possível atentar para a tentativa frustrada de atender ao pedido de socorro que Rita vinha fazendo nos últimos meses de vida, segundo narrativa de Ciça:

A penúltima vez que eu falei com a Rita ela tava ali na frente do Centro Pop, era um calorão, ela tava só de sutiã. Parecia para alguns que a vestimenta era inadequada, mas ela já estava a algum tempo assim, pedindo socorro. Nesse pedido de socorro ela queria acessar o abrigo e a avaliação técnica foi que ela não tinha perfil, porque em algum momento anterior ela acessou e só ficou um dia. Ela tava pedindo socorro, ela via que ela ia morrer, todo mundo via. (RICHTER, 2017)

Ciça ainda acrescenta “pra mim a grande culpa da morte da Rita não foi dos trabalhadores, foi da precarização dos serviços” (RICHTER, 2017). As tensões percebidas entre uma demanda ser da assistência ou da saúde, como se as pessoas só precisassem de uma única solução para toda a complexidade da situação de rua não é incomum. Segundo informações do Relatório Final da Pesquisa Qualitativa (2017), as mudanças que o ingresso crescente de pessoas adoecidas na rede de abrigo e albergue ocasiona tanto em termos de maior tempo de permanência quanto na promoção de novas necessidades, pode justificar tais ações. As informações levantadas pelo Relatório (2017) contrastam com a situação de Rita nos últimos meses de vida, situação relatada por Elissandra, Ciça e Marcelo. Mesmo o perfil de usuários dos equipamentos ter se modificado, não seria o caso de Rita acessar um abrigo pela questão da saúde? Certamente é preciso considerar a demanda dos trabalhadores de que não houve uma adequada reestruturação da instituição do ponto de vista das condições físicas e de capacitação dos recursos humanos, o que seria um fator fundamental para a qualificação dos serviços, contudo se percebe que nessas frestas da gestão, vidas como as de Rita não puderam ser poupadas.

Uma conversa descrita no diário de campo²² de Tiago Lemões da Silva, com trabalhadores e militantes ligados à população de rua, traz reflexões sobre as intenções – conscientes ou não – de Rita, então com 8 meses de gravidez, em permanecer fazendo uso de drogas durante a gestação. Conforme Tiago, Rita poderia estar tanto negligenciando a gravidez, pelo fato de ter certeza que o bebê não ficaria com ela, quanto poderia estar justamente protegendo a criança contra essa possibilidade, para que ele pudesse talvez ter melhores condições de vida. Ou ainda as duas coisas ao mesmo tempo, numa espécie de confusão não consciente.

Após a internação e o parto, ficamos sabendo por Rita que o bebê foi entregue para seu irmão. De março a maio de 2016 houve uma perceptível piora no quadro de saúde de Rita, que se afastava e retornava às atividades do *Boca de Rua* nos períodos de internações e tratamentos médicos frequentes, até novembro quando faleceu. Muitos amigos e colegas do Jornal repetiam que Rita começou a morrer quando tiraram o bebê dos braços dela.

22 Trecho completo do diário de campo: “Enquanto comíamos, Vanessa, Célia, Marcelo e Maria falavam sobre a Rita e as barreiras que ela coloca para que seja tratada e receba ajuda e cuidado. Rita está grávida de oito meses e continua usando drogas. Segundo Vanessa, Rita está sendo interpelada por todos os lados, mas ela não quer saber, “só está no uso, só no uso”. Segundo Vanessa, a questão do internamento forçado só acontece quando a pessoa está atentando contra a própria vida, e no caso dela, o que estaria em jogo era a vida de um inocente também. Célia lembra que Rita está com medo que tirem a criança dela, pois isso aconteceu quando ela teve outro filho [...] Na opinião de Célia, Rita já sabe que isso vai acontecer novamente. Maria afirma, por sua vez, que “Rita vai dar o filho dela. Ela mesma já disse que vai dar”. Célia, no entanto, contrapõe Maria afirmando que na verdade Rita pensa em deixar o filho com a irmã. Vanessa fala novamente que já foram tentadas todas as estratégias com Rita e que ela só está “fazendo o consumo”. Lembrei na hora do impacto que me causou ver Rita usando loló com uma barriga enorme, confrontando toda minha lógica de cuidado associado à gestante e à figura da mãe. [...] Vanessa deu o exemplo de uma usuária de *crack* que não deixou a equipe de redução de danos se aproximar em nenhum momento [...] Vanessa entendeu que todas as barreiras colocadas pela moça se deram pelo medo de que lhe tirassem a criança. Era uma postura de proteção e não de “negligência” com o filho. O exemplo serve como parâmetro para pensar o caso de Rita, que pode estar tanto negligenciando a gravidez, por saber que o filho não ficará com ela, quanto pode estar justamente protegendo a criança contra isso. Ou as duas coisas” (SILVA, DIÁRIO DE CAMPO). Os nomes foram modificados, pois não contatei as pessoas envolvidas para pedir autorização como fiz com os demais entrevistados desta pesquisa.

O final

Algumas pessoas que entrevistei sugerem que a causa da morte de Rita teria sido complicações do HIV, ainda que não tenham certeza. O fato é que as cinco doenças mencionadas por Rita a debilitaram rapidamente e a levaram a um quadro irreversível. A última vez que vi Rita foi em 27 de setembro de 2016, uma terça-feira na reunião do *Boca*. Ao final da reunião Rita veio até mim e pediu para tirar uma foto comigo. Positivamente surpresa aceitei de imediato e pedi para alguém fazer o registro com meu celular. Mal sabia que aquele encontro, com pedido de foto, seria nossa despedida.

Rita faleceu no dia 13 de novembro de 2016, mas só fomos informados – colegas e familiares – dois dias depois, no feriado da Proclamação da República. Todos ficamos muito indignados com o descaso do hospital em demorar dois dias para informar seu falecimento. O enterro foi providenciado numa ação conjunta entre *Boca de Rua*, através de Rosina Duarte e o Centro Pop 1, que foram atrás da documentação necessária para encaminhar um enterro popular no Cemitério Campo Santo. O breve velório teve início às 14h, da quarta-feira 16 de novembro, e logo em seguida ocorreu o enterro. A despedida de Rita, com caixão fechado, foi uma das cenas mais tristes que presenciei. Seu irmão Rodrigo, sua prima e suas amigas eram os mais emocionados e consternados pela perda precoce da companheira. Colegas do *Boca de Rua*, colaboradores e pessoas em situação de rua e amigos se somaram na caminhada até a sepultura, entre choros, gritos e uma tristeza que parecia infundável.

O *Jornal Boca de Rua* fez uma bonita homenagem à Rita, dedicando a ela a capa e algumas páginas da edição número 62, lançada em janeiro de 2017. Na capa se lê “Rita no coração” e:

O último recado de Rita para o *Boca de Rua*, pouco antes de ser internada, foi: “Não posso ir na reunião porque preciso fazer um curativo no coração”. Ninguém sabe o que ela quis dizer. Talvez falasse da dor no peito provocada pela tuberculose. A verdade é que ao partir, em novembro passado, ela deixou todos com o coração partido e sem curativo para aliviar a dor. (JORNAL BOCA DE RUA, 2017, capa)

A perda de Rita provocou deslocamentos nas próprias formas de habitar os espaços da rua por seus amigos, conforme conta Elissandra:

Algo muito interessante que aconteceu com a morte da Rita, o efeito disso no grupo, pra mim foi muito impactante chegar lá [na Praça Garibaldi, onde ocorriam os encontros do “Me Apoia Aí”] e eles não estarem mais instalados no mesmo lugar que tavam há muito tempo. Daí a gente vai pra praça e começa a conversar e o Chico “não dava pra ficar ali, a gente decidiu sair dali porque não dava, era muita lembrança, ali sem a Rita não faz sentido e aí então a gente decidiu vim pra cá”. Aí se instalam eles todos naquela praça em frente ao Nacional. Isso fala bastante do vínculo que eles tinham a ponto de mobilizar eles todos a saírem dali e não ficar ninguém. Migram com a morte dela. (SILVA, 2017)

Até hoje, mesmo passados quase dois anos de sua morte, ninguém mais ocupou aquele espaço onde Rita dormia e passava os dias, onde cozinava na lata, entre outras coisas sua comida favorita, arroz com gordurinha (que o açougueiro guardava pra ela). Ficou um vazio. Naquela esquina e em todos nós.

Quando eu era feliz e não dei valor, agora eu quero ser feliz e não consigo ser feliz. [...] Eu agradeço por ter chegado nos 31 anos, tem muita mulher que não chega nos 31 anos. Muita gente já morreu (Rita de Cássia Pereira de Souza, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos de percorrer as narrativas em torno da biografia de Rita era a possibilidade de evidenciar como e por que sua vida se encaminhou do modo como foi descrito na seção anterior desse artigo. A saúde fragilizada, muito prejudicada após a retirada de seu filho, pode ter causado sua morte tão precoce. Entretanto, é preciso considerar todos os caminhos trilhados enquanto mulher, negra e pobre, não só por Rita, mas também por outras mulheres com trajetória de rua, cujas biografias em muito se assemelham à dela.

As questões expostas na primeira seção sobre a matéria nº 59 do *Boca de Rua*, as discussões elencadas no eixo teórico e, por fim, as narrativas sobre a biografia de Rita fornecem argumentos que se constituem em respostas para a pergunta de pesquisa apresentada na introdução deste artigo. A experiência da rua não pode ser vista como homogênea, haja vista a complexidade das questões de gênero percebida em relatos/falas/biografias das mulheres que fazem do espaço público o seu espaço privado. No caminho de pesquisa foi possível constatar – por multicausalidades que não contêm justificativas simples, mas que foram comentadas neste artigo – a inexistência e/ou ineficácia de políticas públicas específicas para as mulheres em situação de rua. À exceção do pré-natal, que se apresenta mais como uma forma de anular a mulher em detrimento da salvaguarda do filho (como se fossem causas excludentes entre si), o que sobra para elas? A dimensão de gênero é constitutiva da experiência da rua, pois os corpos femininos são duplamente invisibilizados. Ou, quando percebidos, são violados: violência de gênero e violação do direito à maternidade.

A vida na rua, Boca de Rua, Relações familiares, Saúde fragilizada e Filhos revelaram, através das narrativas, o percurso de Rita até *O final*. Afirmações como as de Marcelo, de que o Estado matou Rita, ecoam até hoje entre seus colegas e amigos, e trazem à reflexão – também presente nessa escrita – as falhas, involuntárias ou não, nas formas de gestão das mulheres em situação de rua. Tantas Ritas, assim como Catarinas, habitam zonas de abandono social, sejam elas instituições psiquiátricas, abrigos, casas prisionais ou a própria rua; locais ocupados por pessoas indesejadas, cujas histórias (desejos, palavras, pedidos de ajuda) dificilmente são consideradas.

Procurei, através do presente artigo, demonstrar que Rita, afetada por um conjunto de forças comum a outras mulheres em situação de rua, também mobilizou aspectos distintos em sua trajetória, pois cada pessoa traz consigo características específicas. A amiga, a militante do MNPR-RS, a repórter do *Boca de Rua*, a neta, a irmã, a filha, a mãe, todas essas mulheres em uma só fazem de Rita única e singular.

Foi a singularidade de Rita que muito motivou a intenção e o processo de escrita dessa pesquisa, que, além de um produto final de

um curso de graduação, pretende se constituir como uma homenagem a essa mulher incrível que ela foi. Tenciono que tal homenagem possa ser efetivada também – e principalmente – através do exercício de etnografia pública (FASSIN, 2013) que procuro aqui realizar: que as questões que afetam as mulheres em situação de rua ultrapassem os muros da academia e sejam discutidas por públicos cada vez mais amplos. Que a apreensão, apropriação, discussão, contestação e utilização dos resultados dessa pesquisa realmente ocorram, que mais pessoas, grupos e instituições percebam a relevância do recorte de gênero em suas demandas. A intenção, nesse sentido, é de que também gestores públicos atentem para as questões da população de rua e que os princípios e diretrizes da Política Nacional para a População de Rua sejam efetivamente implementados, em constante diálogo com a própria população, valorizando também o que eles têm a dizer.

Pensando na construção de políticas públicas que busquem valorizar as experiências das pessoas por elas afetadas, concluo com uma breve reflexão sobre a frase de Carlos, militante do MNPR-RS, quando da apresentação dos dados do “Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS”, pesquisa já citada neste artigo: “O que para vocês era um trabalho, para nós é nossa vida”²³. Almejo que, ao discutir dados, números e indicadores, no intuito de planejar políticas, tenhamos sensibilidade e não deixemos que nosso trabalho se sobreponha à vida das pessoas. E que possamos alinhar pesquisa e militância com o compromisso de que vidas importam e que a vida de Rita nos lembre constantemente disso.

REFERÊNCIAS

BIEHL, João. A vida cotidiana das palavras: a história de Catarina. *Cadernos da APOA*. Porto Alegre, n. 140, p. 14-29, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

23 Disponível em: www.sul21.com.br/jornal/populacao-em-situacao-de-rua-e-3-vezes-maior-do-queapresentado-pela-fasc-diz-movimento. Acesso em 21 set. 2018.

- DINIZ, Debora. *Didier Fassin entrevistado por Debora Diniz*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- DUARTE, Rosina. *Entrevista com Rosina Duarte*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 28 nov. 2017.
- FASSIN, Didier. Why Ethnography Matters: on anthropology and its publics. *Cultural Anthropology*, 28, p. 621-646, 2013.
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 10, p. 83-121, 1999.
- FONSECA, C; MACHADO, H. Apresentação. In: _____. (orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: CEGOV, 2015.
- FONSECA, C. et al. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 46, p. 9-34, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- JORNAL BOCA DE RUA, edição n. 59, 2016.
- JORNAL BOCA DE RUA, edição n. 62, 2017.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, vol. X, n. 1, p. 121-158, 2006.
- MARCELO. *Entrevista com Marcelo*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 28 nov. 2017.
- NEVES, Delma Pessanha. Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica*, v. 2, p. 100-130, 2011.
- _____. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*, Salvador, n. 30/31, p. 111-134, 1999.
- SABRINA. *Entrevista com Sabrina*. Entrevistadora Caroline S. Sarmento. Porto Alegre, 25 abr. 2017.
- SARMENTO, C.; PEDRONI, G. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. In: *Fazendo Gênero*, 11, 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-12.
- SARMENTO, Caroline Silveira. *Diário de campo*. Anotações realizadas no período de 5 de maio de 2015 a 31 de agosto de 2018. Porto Alegre, 2018.
- _____. *O gênero e a rua: reflexões a partir de uma pesquisa militante com mulheres em situação de rua. (No prelo)*

SCHUCH, Patrice. Antropologia entre o inesperado e o inacabado: entrevista com João Biehl. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 46, p. 389-423, 2016.

_____. Antropologia pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin. In: DINIZ, Debora. *Didier Fassin entrevistado por Debora Diniz*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2015.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (orgs.) *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

SILVA, Elissandra Siqueira da. *Entrevista com Elissandra Siqueira da Silva*. Entrevistadora Caroline S. Sarmiento. Porto Alegre, 16 nov. 2017.

SILVA, Tiago Lemões da. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SOUZA, Rita de Cássia Pereira. *Entrevista com Rita de Cássia Pereira de Souza*. Entrevistadoras Sabrina Ândrea dos Santos, Mariana Quadros e Aline Fernandes. Porto Alegre, maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre, 2016. 103p. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. *Relatório Final da Pesquisa Qualitativa*, estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre: visitas etnográficas, grupos focais, acompanhamento de eventos e fóruns de discussão sobre políticas. Porto Alegre, 2017.